

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 10/Abr



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2947/2023



DISTRITO FEDERAL



ATENÇÃO VIGILANTES DA ESPARTA, PRINCIPALMENTE OS QUE PRESTAM SERVIÇO EM BANCOS

A Empresa Esparta soltou uma nota aos vigilantes, afirmando que compensará plantões não feitos com o Banco de Horas. A Esparta disse ainda, que fez acordo com o Sindicato dos Vigilantes do DF para compensar os plantões não feitos, como feriados e pontos facultativos, por exemplo, em Banco de Horas.

Nunca houve este acordo e nem haverá, pois este Sindicato jamais fará qualquer acordo que não tenha o consentimento dos vigilantes.

Lamentamos que o nome desta entidade seja usado para justificar situações com as quais sequer concordamos, que dirá fazer acordo. Nunca mesmo.

Reafirmamos ao gerente Operacional da Esparta Segurança, que assinou a nota, que esta entidade não autoriza e nem autorizará o uso de seu nome para qualquer acordo que não tenha passado por reunião ou assembleia da categoria.

A direção

Polícia Federal fiscaliza empresa de segurança irregular no Terminal Rodoviário de Petrópolis



Foto: Governo Federal/Divulgação

A Polícia Federal realizou uma fiscalização na segunda-feira (03/04) no Terminal Rodoviário Governador Leonel Brizola, em Petrópolis, após denúncia do Sindicato de que uma empresa irregular prestava serviços de vigilância.

Na denúncia, a PF é alertada de que a Sinart vem contratando vigias para realizar a função de vigilante patrimonial executando rondas, vigilância, segurança e preservação do local.

A Divisão de Controle e Fiscalização da Polícia

Federal informou que a Delegacia Especializada de Segurança Privada esteve no local e que irá tomar todas as providências cabíveis.

Os funcionários contratados para exercer a segurança de forma clandestina utilizam fardamento tático da empresa Forte Bruno Pires para realizar o trabalho de vigilante.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região

Criminosos armados com fuzis invadem base da PM e explodem empresa de transporte de valores em MT

Vídeos e áudios compartilhados nas redes sociais descrevem cenário de terror na cidade. As imagens mostram os criminosos armados com fuzis



Criminosos invadem base da PM em Confresa — Foto: Reprodução

Um grupo de criminosos invadiu o quartel da Polícia Militar e ateou fogo no prédio, na tarde deste domingo (9), em Confresa, a 1.160 km de Cuiabá. Os suspeitos ainda passaram pelas ruas da cidade atirando e provocando medo na população.

Vídeos e áudios compartilhados nas redes sociais descrevem o cenário de terror na cidade. As imagens mostram os criminosos armados com fuzis.

Segundo o Coronel Noelson, após roubarem o armamento eles foram até a sede da Brinks, empresa de transporte de valores. Conforme a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), um reforço policial está se deslocando para o local.

Até o momento, a reportagem confirmou que uma pessoa ficou ferida, com um tiro. Não há confirmação de mortes. Um vídeo mostra que após a invasão dos bandidos, a sede da empresa Brinks ficou destruída.

Em nota, a empresa de valores informou que apesar das explosões, os bandidos não conseguiram levar o dinheiro.

Em um dos vídeos, testemunhas mostram que os criminosos teriam explodido paredes da empresa especializada em segurança e transporte de dinheiro.

Segundo a Polícia Militar não tem policial ferido ou sequestrado.

FONTE: G1 MT

Audiência pública é último passo antes de a CCJ votar projeto sobre armas

Da Agência Senado



A CCJ fará audiência pública com dez participantes: cinco a favor e cinco contrários ao PL 3.713/2019

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar neste mês o projeto de lei (PL) 3.713/2019, que altera as regras sobre registro, posse e venda de armas de fogo e munição. Mas, antes de decidir sobre a matéria, o colegiado promoverá uma audiência pública com a presença de dez especialistas — cinco favoráveis e cinco contrários à proposição.

O debate ainda não tem data marcada. Mas, segundo o presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (União-AP), deve ocorrer logo após o feriado da Semana Santa. O parlamentar espera colocar o projeto em votação na primeira reunião deliberativa após a audiência pública.

— A gente fez um acordo e estabeleceu que vamos fazer o debate. Vamos trazer dez convidados e vamos organizar, após a Semana Santa, numa quinta-feira, para fazer a reunião de 10h da manhã até a hora em que terminar para depois pautar — explicou Alcolumbre.

O PL 3.713/2019 foi apresentado pelos senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Soraya Thronicke (União-MS) — além de Fernando Bezerra Coelho (PE), que está fora de exercício, e Major Olímpio (SP), que faleceu em 2021. O relator é o senador Alessandro Vieira (PSDB-

SE). Flávio Bolsonaro cobrou agilidade para a votação da matéria.

— Acho importante votar logo esse relatório, porque, senão, daqui a pouco quem está legislando sobre esse assunto é o Supremo Tribunal Federal de novo. Esta Casa tem que enfrentar o assunto, para aprovar ou para não aprovar. Mas acho importante ouvir aqueles que vão operacionalizar esse sistema todo: Polícia Federal, Exército, associações representativas das classes da segurança pública, representantes dos caçadores, atiradores e colecionadores — disse.

Os senadores Fabiano Contarato (PT-ES) e Rogério Carvalho (PT-SE) apresentaram um requerimento (REQ 184 — CCJ) para a realização da audiência pública. Mas o pedido só será colocado em votação depois que os integrantes da CCJ indicarem os dez convidados que devem participar do debate. Para Rogério Carvalho, a comissão precisa ouvir a sociedade antes de decidir.

“O texto promove modificações drásticas no Estatuto do Desarmamento, que na época de sua tramitação foi objeto de grandes discussões, debates e aprofundamentos no Congresso Nacional, bem como da participação popular por meio de referendo. Neste sentido, não deve ter alterações tão profundas em seu texto deliberadas pelo Congresso Nacional, sem antes ouvir a comissão temática permanente cujas atribuições estão intimamente ligadas ao objeto do projeto em apreciação”, justificou o parlamentar.

A última versão do relatório de Alessandro Vieira foi apresentada no dia 14 de março. Depois disso, o texto recebeu oito emendas sugeridas pelos integrantes da CCJ. O relator ainda precisa se manifestar sobre cada uma das sugestões de mudança no projeto. Confira a seguir os principais aspectos do PL 3.713/2019.

Fonte: Agência Senado

Governo anuncia GT sobre violência contra escolas e libera verba para ronda



O governo federal vai criar um grupo de trabalho interministerial para propor ações para combater a violência contra as escolas. O GT será formado pelos ministérios da Educação, Justiça e Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria-Geral da Presidência.

A primeira reunião será realizada nesta quinta-feira (6), a partir das 10h30. A decisão ocorreu após mais um ataque à escola. Em Blumenau, Santa Catarina, um homem armado com uma machadinha invadiu uma creche, na manhã de quarta-feira (5), e matou quatro crianças e feriu outras cinco.

Em entrevista coletiva, os ministros Camilo Santana, da Educação, e Flávio Dino, da Justiça, anunciaram outras medidas. Vai haver a liberação de R\$ 150 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para investimento no programa de Ronda Escolar dos estados e municípios.

Outro anúncio foi o aumento no efetivo policial mobilizado para o monitoramento da internet e de redes sociais com o objetivo de identificar o planejamento de novos ataques.

A Diretoria de Operações da Secretaria Nacional de Segurança Pública já estava mobilizada com 10 agentes para essa função. A partir de agora, serão 50 policiais.

Assunto foi tratado no governo de transição

O Grupo de Trabalho da Educação do governo de transição elaborou um relatório sobre a violência contra escolas. Intitulado O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental, o documento foi uma resposta ao ataque ocorrido em duas escolas da cidade de Aracruz, no Espírito Santo, em novembro de 2022.

Daniel Cara, que organizou a produção do relatório, afirmou, em sua conta do Twitter, que o material será utilizado como base para o novo GT.

Ao Brasil de Fato, Cara disse que esse trabalho já poderia estar sendo realizado. “O relatório foi elaborado na transição governamental, já era para termos este grupo de trabalho, que precisa ser ágil e competente”, afirmou.

Foto: Reprodução

Fonte: Thalita Pires – Brasil de Fato

CIPA terá obrigação de fiscalizar e prevenir assédios no trabalho



Nesta semana, mais de 50 trabalhadoras da Petrobras denunciaram em grupos de whatsAPP os constantes assédios moral e sexual que sofrem tanto de colegas de trabalho como de chefias. Nas mensagens elas relataram os assédios sexuais cometidos quando estavam embarcadas em plataformas e também em outras unidades da empresa, como o Centro de Pesquisas (Cenpes). Veja os relatos das mulheres abaixo.

Outro escândalo ocorreu na Caixa Econômica Federal envolvendo o ex-presidente do banco Pedro Guimarães, indicado ao cargo por Jair Bolsonaro (PL), e que foi obrigado a pedir demissão em junho do ano passado, após as denúncias de funcionárias virem à tona.

As mulheres denunciaram toques em partes íntimas sem consentimento, por parte de Guimarães, além de falas, abordagens e convites inconvenientes e desrespeitosos.

No último dia 31 final de março, o ex-presidente da CEF tornou-se réu por denúncias de assédio sexual e moral feitas por funcionárias do banco. Os detalhes da denúncia ainda não são conhecidos, pois a ação penal contra Guimarães tramita sob sigilo. A CEF também terá de pagar R\$ 10 milhões para encerrar o processo que corria no Ministério Público do Trabalho (MPT).

Esses casos são apenas a ponta do iceberg envolvendo o assédio sexual no ambiente de trabalho. Somente em São Paulo em quatro

anos, de 2018 a 2002, aumentou em 1500% o número de denúncias recebidas pelo MPT.

Agora essa situação pode mudar, favorecendo tanto homens como mulheres para que o ambiente de trabalho possa ficar livre de todos os tipos de assédio. Isto porque em 21 de setembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.457, com o Programa Emprega + Mulheres, que entrou em vigor no dia 21 de março de 2023.

Esta nova legislação alterou a Norma Regulamentadora (NR) nº5, que discorre sobre a atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que, inclusive, teve sua nomenclatura mudada para Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio e as empresas precisam se adequar às novas regras.

Para isso uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), determina que as empresas são obrigadas a receber denúncias de assédios sexual e moral, apurar os fatos e punir os responsáveis, entre outras responsabilidades.

A advogada Luciana Barretto do escritório LBS, que atende a CUT Nacional explica que embora o Programa 'Emprega + Mulheres', tenha sido feito no âmbito do assédio sexual, ao incluir na CIPA o "combate a todas as formas de violências", está implicitamente incluídos todos os tipos de assédio.

"Qualquer tipo de assédio é uma violência e a expressão 'outras formas de violência no ambiente de trabalho', contida na Lei deve ser entendida como qualquer outro ato ou ameaça que discrimine, deprecie ou viole a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras", afirma Luciana.

Para a secretária da Saúde do Trabalhador da CUT Nacional, Madalena Margarida da Silva, essa mudança na atuação da CIPA é um passo importante porque vem no sentido de reconhecer que há assédio nos ambientes de trabalho, que deve ser combatido.

"Já sabemos, e não é de agora, que essas práticas são geradoras de processos de

sofrimento, adoecimento físicos e mentais, acidentes e mortes. Por isso é preciso que a CIPA tenha condições de desenvolver seu papel no combate ao assédio e que os integrantes da comissão sejam efetivamente preparados para atuar, promover e proteger a saúde do trabalhador e da trabalhadora”, diz Madalena

Adirigenteressaltaqueaempresadeveinvestir em capacitação, orientação e sensibilização dos trabalhadores e trabalhadoras bem como, a criação de canais de denúncia de modo a potencializar o trabalho da CIPA.

“A empresa também é responsável pelo combate ao assédio, pois não se pode aceitar práticas que firam a dignidade humana”, conclui.

Veja o que muda

O prazo para que as empresas implementem as mudanças na CIPA terminou no dia 21 de março, data da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego. As empresas tiveram 180 dias desde a promulgação da Lei que instituiu o “Emprega+ Mulheres”.

Segundo a advogada Lucina Barretto as medidas são as seguintes:

I – inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa, com ampla divulgação do seu conteúdo aos empregados e às empregadas;

II – fixação de procedimentos para recebimento e acompanhamento de denúncias, para apuração dos fatos e, quando for o caso, para aplicação de sanções administrativas aos responsáveis diretos e indiretos pelos atos de assédio sexual e de violência, garantido o anonimato da pessoa denunciante, sem prejuízo dos procedimentos jurídicos cabíveis;

III – inclusão de temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e a outras formas de violência nas atividades e nas práticas da CIPA; e

IV – realização, no mínimo a cada 12 (doze) meses, de ações de capacitação, de orientação e de sensibilização dos empregados e das empregadas de todos os níveis hierárquicos da empresa sobre temas relacionados à violência, ao assédio, à igualdade e à diversidade no âmbito do trabalho, em formatos acessíveis, apropriados e que apresentem máxima efetividade de tais ações.

Relatos dos assédios recebidos pelas trabalhadoras da Petrobras – Fonte: G1

“A gente botava cadeira na porta à noite porque era proibido trancar... Uma amiga passou por uma situação bizarra. Chegou no camarote e tinha um cara mexendo nas calcinhas dela”

“Voltando de um evento da gerência à noite, dividi o uber com o meu gerente imediato. Quando chegou na casa dele, ele começou a me agarrar. Depois de conseguir fazer com que ele parasse, ele veio insistir que queria ir para minha casa, obviamente não deixei”

“Embarquei uma única vez, no curso de formação. Me colocaram num quarto com um químico. No começo fiquei de boa pq a gente tinha horário trocado e nunca via ele no quarto. Até um dia que entrei e ele estava deitado assistindo um filme pornô na TV do quarto. Saí na mesma hora para falar com o fiscal que não ficaria mais naquela situação.”

“A recepcionista da gerência que eu trabalhava teve o seio apalpado por um petroleiro, dentro da empresa. O caso virou o escândalo da gerência e todo mundo soube do caso, mas a chefia não fez nada. A moça foi transferida de área”.

FUP exige medidas efetivas

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) exigiu medidas efetivas de prevenção e combate ao assédio sexual e moral 3 disse que a entidade e seus sindicatos vêm há tempos denunciando casos de assédio contra mulheres nas unidades do Sistema Petrobras, sem que as devidas providências sejam tomadas. Essa semana, por exemplo, o Sindipetro Unificado de São Paulo está divulgando nas bases boletim denunciando casos de machismo e assédio na Replan.

Em nota o presidente da Petrobras Jean Paul Prates afirmou que tomou conhecimento “de novos relatos, além dos anteriormente divulgados, de que mulheres que, em diferentes momentos da história da companhia, viveram situações de assédio, constrangimento e violências por gênero.”

Na mensagem, Prates afirmou que se solidariza com as mulheres que foram vítimas e que fez uma reunião com alguns gerentes executivos para propor ações mais firmes e célebres de enfrentamento.

Fonte: Rosely Rocha / CUT Brasil

Lula retira Correios e outras estatais do programa de privatização do governo

Ao todo, sete empresas públicas saíram de programa de desestatização, EBC entre elas. Outras três foram retiradas de programas de parcerias privadas



Alvo cobiçado por grandes empresas de logística, Correios será mantida pública e receberá investimentos para modernização, em vez de sucateada

O presidente Lula (PT) excluiu os Correios e mais seis estatais do Programa Nacional de Desestatização. Outras 3 companhias foram retiradas do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A medida foi anunciada em edição extra do Diário Oficial da União nesta quinta-feira (6), e responde a recomendação do Conselho de Programa de Parcerias e Investimentos.

Em nota, o Ministério das Comunicações informou que o objetivo do governo é “reforçar o papel destas empresas na oferta de cidadania e ampliar ainda mais os investimentos”.

As sete empresas que saem do programa de privatização do governo são:

- ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos);
- EBC (Empresa Brasil de Comunicação);
- Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência);
- Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.);
- Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.);
- Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Por sua vez, as que não integram mais o programa de parcerias são:

- Conab (Armazéns e imóveis de domínio da Companhia Nacional de
- Abastecimento);
- PPSA (Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PréSal Petróleo S.A.) e;
- Telebras (Telecomunicações Brasileiras S.A.).

Correios, estatais e crescimento

A privatização dos Correios foi uma das principais pautas do governo Jair Bolsonaro (PL), ao lado do seu ministro da Economia, Paulo Guedes. Em fevereiro de 2021, o ex-presidente enviou ao Congresso a proposta de modelo de privatização que previa a venda de 100% da estatal.

À época, a previsão era que o leilão para concretizar a venda ocorreria no primeiro semestre de 2022. No entanto, a privatização dos Correios travou no Senado, após ser aprovada pela Câmara.

Em toda a campanha eleitoral, Lula afirmou ser contra as privatizações do patrimônio empresarial do país e defendeu o uso de estatais para indução do crescimento econômico.

Já no dia da posse do cargo presidencial, em 19 de janeiro, ele assinou decreto determinando a revogação de processos de privatização de oito estatais, incluindo a Petrobras e os Correios.

Até o fechamento desta matéria, as representações dos trabalhadores dos Correios não haviam se manifestado sobre a decisão do governo de retirar a empresa do programa de privatizações.

Com CartaCapital e g1
FONTE: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF